

Sociologia das reformas

Orquestrando crítica, elites e especialistas

Ana Paula Hey*

<https://orcid.org/0000-0003-3513-8598>

Francesco Tomei*

<https://orcid.org/0000-0002-9424-8263>

Pedro Grunewald Louro*

<https://orcid.org/0000-0001-7227-7349>

A política verdadeiramente democrática se encontra diante da forma moderna de uma alternativa muito antiga, a do rei filósofo (ou déspota esclarecido) e do demagogo. Isto é, a alternativa entre a arrogância tecnocrática, que afirma fazer os homens felizes sem eles ou até mesmo apesar deles, e a resignação demagógica, que aceita como está a sanção da demanda – seja ela manifestada em pesquisas de mercado, pontuações de audiência e índices de popularidade (sem mencionar os casos em que os detentores do poder alternam, por inconstância ou cinismo, entre os dois termos da alternativa). Portanto, eu acredito que [...] uma política verdadeiramente democrática, ou seja, a longo prazo, uma política verdadeiramente racional, deve tentar evitar essa alternativa.

Pierre Bourdieu, *Sociologie et démocratie*, [1995] 2023a

Reforma do Estado, reforma constitucional, reforma da previdência, reforma trabalhista, reforma do ensino médio, reforma urbana, reforma tributária... a vida política e cultural no Brasil hoje parece impregnada de reformas. Se a revolução chegou a ser a palavra de ordem até do poder instituído durante o regime civil-militar (1964-1985), tanto quanto o horizonte das forças sociais que tentaram destituí-lo, a reforma dá o tom das lutas e aspirações sob o regime democrático. Desde a Constituição de 1988, os sucessivos governos vêm sendo julgados – não só por eleitores, mas também pela grande mídia, pelo empresariado e até por cientistas sociais – conforme a capacidade e o ritmo deles de “implementar reformas”. E, no entanto, a impregnação de reformas

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

transborda os limites das instituições políticas, de tal modo que não falta esfera social que ainda não tenha sido alvo de algum recente projeto de modernização (paisagens urbanas e rurais, finanças e economia real, escolas e universidades, museus e galerias de arte, tribunais superiores e burocracias públicas etc.) (Wu, 2006; Hey, 2008; Almeida, 2014; Grün, 2015; Ribeiro, 2022).

A amplitude da insistência por reformas, independente do objeto em questão a ser reformado, não é um mero tropo midiático, com o costumeiro alarde e reiteração dos editores e colunistas, mas um padrão que vem sendo verificado por meio de diferentes pesquisas acadêmicas. Resultante de uma rede de inter-relações e trocas científicas, o presente dossiê compõe a agenda de trabalho do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC/USP), em especial a atenção dada à pluralidade social das elites (Hey, 2017a) e à concertação em torno de agendas reformadoras. Mais precisamente, a concepção de uma *Sociologia das Reformas* é produto do esforço coletivo em examinar as transformações das relações entre grupos dirigentes e especialistas, com ênfase em formas diversificadas do exercício do poder e na constituição de novos mercados de bens simbólicos. Além disso, esse dossiê busca estimular um programa de pesquisas que ultrapasse a simples compilação de projetos reformadores – cada um deles com especificidades incomensuráveis entre si –, de modo a fornecer instrumentos analíticos para encarar as relações de poder e sua prática nos dias que correm. Nesse sentido, o imperativo por reformas nas sociedades capitalistas e democráticas atuais – isto é, formações sociais nas quais as relações estabelecidas de dominação e exploração precisam se justificar diante da crítica social, quando não incorporá-la nas suas rotinas (Boltanski, 2015) – exige deslocar seu entendimento das oposições ideológicas sob as quais elas ainda costumam ser univocamente enquadradas.

A primeira oposição em curso de desestabilização é aquela clássica entre reforma e revolução. A partir dos debates sociais-democratas europeus desde o início do século XX, convencionou-se entender a reforma como um processo gradual e sem perturbações violentas de melhorias incrementais da condição das classes trabalhadoras, disputado sob as instituições democráticas vigentes; em oposição à revolução, que apontaria para a superação radical da ordem, cuja possibilidade residiria inclusive na ciência ao determinar os limites implacáveis da sociedade existente (Luxemburgo, [1908] 2011; Williams, [1976] 2011). Grosso modo, a visão reformista residia na crença de que o sistema político-econômico havia logrado dissipar suas crises, enquanto o otimismo revolucionário dependia de uma teoria científica do colapso do capitalismo. Contudo, essa oposição perde a acurácia na medida em que os momentos de crise passam a exercer um papel decisivo no desenrolar das reformas contemporâneas. Nesse sentido, a atual peculiaridade das crises não reside tanto

em abalar a funcionalidade e legitimidade de uma ordem social e das elites que dela se beneficiam, disparando mobilizações que podem vir a recompor a distribuição de poder (Dorby, 2009), mas no fato de que a predição, a enunciação e o controle das crises se tornam um trunfo para impor reformas, cujos remédios não raramente são mais graves que as doenças diagnosticadas (Mitchell, 2014; Boltanski, 2015).

Ademais, inverte-se a posição que a expertise exercia na reforma com relação à crise. Contrariamente à aurora das ciências sociais no final do século XIX, quando os movimentos reformistas se formavam para atenuar a pluralidade de problemas sociais locais desencadeados pela industrialização e urbanização (alcoolismo, delinquência juvenil, criminalidade dos pobres etc.) (Cefai, 2014), hoje emerge um mercado de especialistas que disputam entre si os serviços de identificação e qualificação das crises (crise climática, crise fiscal, crise de aprendizagem, crise de confiança nas instituições etc.), todas elas globais a ponto de autorizar intervenções reformadoras bastante distintas e esparsas entre si (Chateauraynaud e Debaz, 2017; Littoz-Monnet, 2020; Gayon, 2022).

A segunda oposição que passa por um importante deslocamento se refere àquela entre radicalismo e conservadorismo. De fato, é ainda bastante usual descrever o exercício do poder dominante pelas figuras do passado e da tradição, quando muito da concessão e conciliação. Segundo Antonio Candido (1990, p. 6), “vindo das classes dominantes o radicalismo parece uma aberração”. Por outro lado, chama atenção um modo de exercício da dominação contemporâneo que nem recusa nem veta mudanças, em nome de valores pétreos ou então das ameaças decorrentes da subversão deles, mas antes se exerce por meio de mudanças (Boltanski, 2015). Desse modo, elites modernizadoras atualizam o ideal de progresso ao nortear a direção para espaços de expansão e crescimento sem precedentes – sendo o atual entusiasmo em torno da conquista do espaço sideral pelos capitalistas do Vale do Silício um caso até caricato disso (Régnault e Saint-Martin, 2024).

Ao mesmo tempo, mudanças desconstroem convenções que abrandavam as assimetrias de poder – a exemplo da inovação do capitalismo de plataforma que envolve contornar a noção sociológica e jurídica de subordinação do empregado ante o empregador (Srnick, 2017). Ora, a capacidade de ação exclusiva das elites reside não só em ser autor de mudanças, mas também em não ser responsável por elas. Se a mudança envolve de algum modo transgredir regras, seus porta-vozes se valem de dispositivos gestonários e jurídicos para derrogar a imputação, causal e muitas vezes criminal, dos seus atos (Lascoumes, 2022). Não à toa as teorias da dominação que atribuem interesses a pessoas físicas e jurídicas tendem a ser acusadas de teorias da conspiração, dado o desafio analítico e político em tornar visíveis os nexos causais entre prosperidade dos fortes e miséria dos fracos (Boltanski, 2014). Em outras palavras, reformas são desejáveis e disruptivas, assim como inevitáveis e impessoais.

Com efeito, elencar a reforma como objeto de investigação pode entrelaçar diversas frentes tratadas pelas sociologias do poder e do conhecimento, mas que tendem a se ignorar mutuamente. Além disso, parece-nos que a competência em controlar reformas – ou, em outras palavras, a prerrogativa em decidir quando e onde as reformas começam e terminam, a par da capacidade real de fazê-lo – constitui um critério substantivo para definir o que são elites hoje.

Como se sabe, identificar e demarcar elites constitui um desafio sociológico crucial, na medida em que a diferenciação das relações de poder e o reconhecimento de fontes de autoridade outrora desconhecidas ou dissimuladas levaram a suspender a adesão a critérios únicos e inequívocos de definição das classes dirigentes (seja a propriedade privada dos meios de produção numa vertente marxista, seja a assunção de cargos públicos pelo voto numa outra liberal). Assim, consolidou-se na literatura sociológica gradativamente o fundamento pluralista, no qual elite significa a apropriação de bens raros, de modo que no topo de qualquer esfera social existiria uma seleta faixa de indivíduos que detêm recursos exclusivos e excludentes (Heinich, 2005). Porém, esse registro analítico em torno de privilégios distintivos é insuficiente no presente momento histórico, marcado pela proliferação de críticas a um elitismo vago. Nesse sentido, a crítica ao 1% de bilionários contenta-se com um critério “didático” e “objetivo” de delimitação das elites, sem objetivar os mecanismos de acumulação e dissimulação do poder (Heredia, 2023). Ademais, a indignação genérica às elites, baseada em alguma vantagem a seu ver injusta e monopolizada por minorias, tornou-se uma arma ideológica da extrema-direita que almeja falar em nome da “maioria silenciosa” (Illouz, 2019), nutrindo-se do ressentimento de grupos sociais que não se beneficiam de discriminações positivas – as quais são voltadas justamente para atenuar exclusões históricas. Ao colocar a reforma no centro da análise das elites, procuramos nos desvencilhar da atual banalização do “combate aos privilégios”, a qual chegou ao paradoxo de se contrapor até mesmo aos grupos historicamente desprivilegiados.

Para levar a sério o nexo entre reformas e elites, não basta examinar apenas a estrutura de distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos, mas é preciso também aquilatar uma especificidade do presente histórico que vem sendo delineada por vários trabalhos, a saber, a crescente intensidade da crítica social ao fundamento arbitrário do poder. De fato, o mito moderno do progresso, no qual todos sentem que avançam, independentemente de onde estejam (Bouveresse, 2023), havia encontrado nas altas taxas de crescimento econômico uma prova de que seria factível prosperar sem limites e fatídico que todos, uma hora ou outra, ganhariam com isso. Com essa sociodiceia, os privilégios de alguns tão logo seriam oportunidades de todos pela via meritocrática da educação de massas e da economia de mercado. Porém, desde a virada

do século XX, a atenção pública tem se deslocado do tema do crescimento para o da desigualdade, especialmente tendo em vista a incontornável miséria no coração das metrópoles afluentes e a avalanche de números e gráficos sobre os diferenciais de renda e riqueza (Savage, 2021). Assim, a notável visibilidade da crítica às desigualdades na cena pública compete com novas estratégias de legitimação pública da riqueza. Não à toa abundam os relatos pessoais de elites econômicas inquietas e insatisfeitas com as desigualdades sociais, a tal ponto que algumas delas têm reivindicado a taxaço das grandes fortunas (Lefèvre, 2018). Nota-se, ainda, uma nova postura de parte dos estratos mais ricos da população, que criam uma “lógica cultural de legitimação dos privilégios” que, mais do que normalizar as desigualdades de propriedade e renda, assume uma postura crítica: defende, para si, os valores de trabalho duro, consumo não conspícuo, e filantropia para enfrentar a desigualdade, e criar uma narrativa que justifique seu “mérito individual” (Sherman, 2017, p. 232).

Em relação à filantropia, as pesquisas têm nos ensinado a deslocar o olhar analítico das intenções individuais e motivações expressas dos super-ricos sensíveis à desigualdade, em direção aos circuitos institucionais que suas vultosas dotações põem em constelação (Guilhot, 2006; Topalov, 1999). Historicamente, as estratégias de legitimação das elites econômicas por meio da filantropia consistiam justamente em delegar poder e posição a especialistas para agirem em nome e no lugar deles, participando da construção de um circuito técnico-científico (centros de pesquisa, disciplinas universitárias, comunidades acadêmicas etc.), ao mesmo tempo que contribui para o desfecho das hierarquias internas de poder e saber. O que anima esse investimento filantrópico é menos o ideal do conhecimento como valor intrínseco do que a produção de expertises para diagnosticar patologias e prescrever reformas. Porém, a autoridade técnico-científica ela mesma passa hoje por uma notável crise de legitimidade, devido à efervescência de críticas leigas e negacionistas, informadas inclusive pelas experiências em que a expertise serve de recurso neutro e geral para a afirmação de interesses específicos (Eyal, 2019). Com a ausência de um princípio seguro e unificador da ordem social (crescimento econômico, mérito individual, ciência e técnica etc.), juntamente com a diversidade de críticas ao poder e às elites, os projetos reformadores acabam sendo múltiplos.

Ora, cabe considerar que investigar reformas comporta os seus próprios obstáculos epistemológicos. A reforma implica um senso comum, isto é, trata-se de objetos previamente construídos, tanto as representações acerca das urgências e necessidades a serem solucionadas pelos poderes públicos, como os instrumentos analíticos que diagnosticam os problemas candentes, quanto a coleta das evidências e os consensos de especialistas sobre os métodos mais válidos para abordá-los. Em outras palavras, aceitar a linguagem vigente da reforma significa restringir o horizonte de possibili-

dades do que está em jogo nas reformas (Laillier e Topalov, 2022, p. 322). Portanto, é preciso um trabalho reflexivo de construção do objeto sociológico (Lenoir, 1989), de modo a não tomar como autoevidentes as definições reformadoras dos problemas sociais, nem como incontroversos os instrumentos técnicos dos agentes reformadores. Um caminho frutífero para tratar desse objeto, mas sem se perder nele, seria considerar as questões sociológicas que os fenômenos reformadores reabilitam e muitas vezes atualizam (Boltanski *et al.*, 2024). Refletir sobre reformas é questionar relações de poder estabelecidas e atuantes em um determinado momento histórico, expor hierarquias de saberes mobilizados e, forçosamente, desvelar nexos causais entre grupos sociais desigualmente posicionados. Também invoca ao menos três questões bastante caras à sociologia. No esforço de endereçar as questões da ordem, da mudança e da ação sociais, podemos não só nos desvencilhar da racionalidade posta em movimento pelos agentes reformadores, à medida que adotamos uma racionalidade alternativa à deles, mas também fazer da racionalidade reformadora um objeto.

Mudança, ordem e ação reformadoras

Ao propormos o presente dossiê *Sociologia das reformas: orquestrando crítica, elites e especialistas*, intentamos exatamente contrapor o ritmo político e midiático acelerado com o qual são tratadas normalmente as reformas e mostrar como, ao construí-las como objeto científico, se retomam grandes questões da sociologia, notadamente a tríade ordem-mudança-ação, originária do esforço pioneiro de síntese sociológica feito por Talcott Parsons. Sem entrar no mérito do sucesso ou insucesso desse gesto, estava em jogo ali compor um elenco de autores clássicos que se opuseram à racionalidade utilitária ao mesmo tempo que explicitaram os limites imanentes aos pressupostos desse modo de pensamento dominante à época (Joas e Knöbl, 2017, p. 41). De maneira análoga, veremos como o esforço em endereçar cada questão sociológica procura superar as insuficiências da racionalidade reformadora, na qual inclusive parte dos seus críticos tende a recair ao denunciá-la.

Antes de tudo, os planos de ação reformadora evocam mudanças (globalização, fim do bônus demográfico, inteligência artificial, emergência climática etc.), às quais restaria apenas obedecer. Nesse registro, as reformas aparecem como reações adaptativas e mecânicas a forças implacáveis e externas à vontade de quem as promove. Mais que isso, o caráter de necessidade da mudança e, simultaneamente, de urgência de adaptação contribui para reduzir o escrutínio público da decisão. Justamente em reação à obsessão por mudanças por parte da racionalidade reformadora, grande parte da pesquisa adota uma atitude polêmica, de modo a suspender a questão da mudança, repercutindo a célebre fórmula do romancista italiano Giuseppe Lampe-

duza (“tudo deve mudar para que tudo fique como está”). Nesse sentido, a mudança não seria mais que uma miragem retórica para encobrir a conservação de interesses.

A sociologia das reformas, por sua vez, leva a sério a questão da mudança, mas de uma maneira bastante peculiar. Segundo Bourdieu e Boltanski (2009), os discursos reformadores exercem *efeitos performativos*, isto é, a representação da mudança contribui intimamente para a sua realização prática. Ao invés de constatações neutras, as previsões anunciadas, portanto, não viriam a acontecer sem o papel ativo dos discursos reformadores. Como na pragmática da linguagem (Austin, 1975), os discursos da mudança não são tratados aqui como previsões verdadeiras ou falsas, mas, ao contrário, se eles acontecem (*happen*) ou não (*unhappen*), de forma que está em causa apreender as suas condições de felicidade (*happiness*), ou, em outras palavras, sob quais circunstâncias discursos produzem efeitos práticos sobre aquilo que enunciam. Evidentemente, isso não significa recair numa visão hermenêutica da realidade (como se sociedades fossem textos à la Geertz), mas antes está em tela determinar as condições institucionais e sociais em que discursos interferem nas práticas.

Como na figura típico-ideal da profecia em Max Weber, a capacidade carismática do profeta é extraordinária porque extrai sua força social das aspirações dispersas e inarticuladas das camadas subalternas, colocando-as em ordem tendo em vista se opor à ordem simbólica estabelecida, principiando, assim, reversões das relações de força (Bourdieu, 2022). Contrariamente à figura bíblica do profeta que fala em nome de Deus para guiar as massas contra o Rei (Walzer, 2002), a profecia trabalha a serviço daqueles que exercem o poder quando se trata das reformas contemporâneas. Nesse sentido, endereçar a questão da mudança consiste em examinar quais são os saberes especializados a que as elites econômicas e políticas apelam a fim de amparar reformas, haja vista que a especificidade da autoridade técnica e científica repousa na sua capacidade extraordinária de transcender o nível do existente imediato ao antecipar as tendências vindouras que se prefiguram de modo imperceptível à perspectiva ordinária (Kojève, 2004). Em compasso com a história e a sociologia da ciência e da técnica (Pestre, 2014), trata-se aqui de investigar as demandas reformadoras que os grupos dirigentes fazem aos diversos modos de conhecimento para prever mudanças e remediar os problemas daí decorrentes, assim como os múltiplos efeitos dessas demandas na diferenciação e na gênese de disciplinas, agendas e técnicas de pesquisa, elites e instituições culturais etc. O saber da mudança se transforma, pois, ao longo do tempo e sob o impulso das relações de força. Se a institucionalização das ciências humanas, tendo a sociologia à frente, nutriu-se do ideal de ser o saber da intervenção racional sobre o rumo das mudanças do século XIX, inclusive aos olhos das elites econômicas e políticas ascendentes (Garcia, 2002, Heilbron, 2022), é notável como hoje as demandas reformadoras, junto a seus fundos públicos e privados de pesqui-

sa, vêm investindo em outros saberes, como a microeconomia aplicada, as ciências cognitivas, a climatologia etc. (Gautié, 2007; Danowski e Viveiros de Castro, 2014).

Não é porque insistimos na questão sociológica da mudança que ignoramos a questão da ordem. Contudo, endereçamos essa questão de modo a contrastar com alguns pressupostos da racionalidade reformadora. Algo em comum entre reformadores e antirreformadores é o pressuposto frequente de que a reforma resulta de um “projeto”, elaborado por sujeitos coletivos transnacionais (OCDE, Banco Mundial, FMI, Sociedade Mont Pèlerin etc.) e, em seguida, implementado nos mais diversos territórios. Essa perspectiva finalista, talvez até demiúrgica, generalizou-se com a doutrina do Consenso de Washington, que, como se fosse um rolo compressor, ditaria as vidas econômica, política e cultural em escala global. Ao invés disso, a sociologia da reforma interpela a ordem social de que os agentes reformadores a um só tempo dependem e que produzem ao se engajarem em mudanças. Com efeito, a reforma nunca se encerra em aspectos técnicos, mas ela é também porta-voz de uma *filosofia social da história*, na medida em que põe em movimento as oposições moderno-tradicional, inovação-arcaísmo, novo-velho e assim por diante. Nesse sentido, a reforma sempre pressupõe uma ordem temporal, mas que se desdobra tão logo numa ordem conflitiva, visto que uma realidade “mais moderna” precisa se afirmar contra os defensores de outra realidade entendida como “ultrapassada”, além da disputa entre agentes modernizadores concorrentes, mais ou menos eficazes a depender dos recursos sociais de que eles dispõem (Blitstein e Lemieux, 2018, p. 20).

Vale ressaltar que os agentes reformadores nem sempre se apresentam como próceres da modernidade, de maneira que a mudança pode se apresentar de modo reacionário, como um retorno às tradições pétreas, esquecidas pelos contemporâneos, mas essenciais para a ordem pacífica de um grupo social ou até da sociedade nacional. A título de exemplo, existe um mercado de intelectuais em torno da reforma islâmica, disputando entre si as formas de representar o retorno à tradição em oposição à hegemonia ocidental, de modo a gerar tensões e composições diversas entre discursos mais ou menos étnico-religiosos e secular-científicos (Brahimi, 2023). Além disso, o recrudescimento de identidades fundamentalistas constitui uma estratégia de coesão social a partir do momento em que esses países foram integrados à globalização capitalista, de início colonial, em seguida neoliberal (Roussillon, 2018; Hibou e Tozy, 2020). Longe de recair no etnocentrismo em que o retorno à tradição como recurso ideológico das reformas é coisa do chamado Oriente, vale reconhecer que isso ocorre também nas grandes potências do Ocidente, como os Estados Unidos. O excepcionalismo americano, baseado no ideal toquevilliano de uma multitude de associações, é muitas vezes mobilizado nas reformas tributárias a fim de garantir recursos para a grande filantropia do país (Zunz, 2012).

A questão da ordem concerne a uma disputa não só em torno da temporalidade, mas também da *espacialidade*. Estudar reformas pode incorrer num duplo risco: de um lado, ficar restrito ao horizonte nacional e perder de vista a circulação internacional do conhecimento que participa do objeto; e, de outro, perder de vista as especificidades da aclimação local dos processos globais. Como então superar o truísmo das reformas de agências internacionais aplicadas diretamente nos “países em dificuldade”? Trata-se aqui de examinar como cada vez mais há circuitos transnacionais de ideias que é necessário reconstruir para compreender a chegada de modelos próprios de políticas e instrumentos em determinados países. Nesse sentido, a aproximação das discussões entre as relações internacionais e a sociologia foram muito profícuas ao mostrar como as lógicas de expansão, profissionalização e constituição de saberes especializados se desenrolam num jogo de escalas entre o nacional e o internacional (Krause e Go, 2016). O caso da ajuda humanitária ilustra alguns desafios empíricos que a sociologia da reforma encara. Nesse caso, “ir a campo” significa desde etnografias no local dos projetos junto a seus “stakeholders” e “grassroots organizations”, até seguir discussões e relatórios na sede das agências e organismos internacionais, nos quais múltiplas perspectivas e agentes com trajetórias distintas se defrontam (Siméant, 2012). Além disso, é preciso analisar os dispositivos que produzem a interpenetração entre os níveis nacional e internacional, a exemplo dos instrumentos de gestão de projetos e de captação de recursos das ONGs que as condicionaram a depender dos recursos econômicos das esferas internacionais (Krause, 2014).

Se o discurso da internacionalização das elites parece ganhar cada vez mais adeptos, no que concerne às reformas é necessário ter certa parcimônia. Como bem mostram os trabalhos de Dezalay e Garth (2002), muito mais do que uma importação acrítica, diferentes frações nacionais participam da importação de tipos específicos de conhecimento, que adentram os campos nacionais segundo a receptividade de suas elites e de seus respectivos campos do poder. Nesse sentido, o Estado nacional ainda é instância de disputa fundamental para os agentes reformadores, como aponta o trabalho de Monier (2017), tanto por ele examinar a produção de um imaginário nacional no comércio global de identidades políticas quanto por salientar a produção de capital simbólico e de prestígio reconhecido por todos. É preciso reconhecer também que uma ordem transnacional é caracterizada por processos de mediação e tradução das diferenças culturais, ao invés de partir das figuras estanques de importadores ou exportadores puros, ou de realidades nacionais fechadas em si mesmas. Mais uma vez, os trabalhos de Monier (2018; 2023) mostram como muito das reformas no sistema cultural francês provém do trabalho de agentes transnacionais que, financiados pelas filantropias americana e francesa, têm por função educar as elites (de super-ricos até a alta burocracia pública) sobre contextos culturais diversos.

A questão sociológica da ordem é também eminentemente histórica e processual. Isso porque as propriedades e os recursos sociais exclusivos, que em certo momento histórico foram decisivos para propiciar transformações da ordem, podem se tornar não mais que critérios mínimos de admissão a essa mesma ordem num momento subsequente, a exemplo da circulação internacional que, de trunfo para engendrar reformas no ensino superior (Hey, 2008), aparece hoje cada vez mais como pré-requisito para assumir um posto universitário (Normand, 2016). Além disso, a ordem da reforma pode se processar na própria interioridade dos agentes, o que é observável não tanto pelos diários íntimos legados por eles, mas sim pelo desenrolar das suas trajetórias sociais. Trata-se de analisar a produção social de uma *competência reformadora*, no duplo sentido da capacidade de saber fazer e do direito legítimo de fazê-lo (Bourdieu, 2023b, p. 43). Mais uma vez, é uma questão histórica identificar e delimitar quais são as escolas de poder (faculdades imperiais de direito, medicina e engenharia; colégios internacionais; *business schools* etc.) nas quais florescem competências reformadoras em cada período específico, assim como quais são os itinerários (militância partidária, passagem do Estado para o setor privado, assessoria em *think tanks*, estágio no exterior etc.) que propiciam os recursos reformadores vigentes em cada estado das relações de dominação (Hey e Rodrigues, 2017; Hey, 2017b; Hey, 2021; Denord e Lagneau-Ymonet, 2017; Medvetz, 2012; Mudge, 2018; Wagner, 2020).

Por fim, cabe discutir como a sociologia da reforma encara a questão da ação. Ora, é preciso mais uma vez vigilância para não recair numa abordagem idealista e heroica da ação. Nessa abordagem, o enfoque recai nos elevados ideais humanistas que animam a vontade reformadora. Quais os caminhos metodológicos que se devem tomar? Ao tratarmos de fenômenos simbólicos, um caminho seria adotar a teoria dos campos para dessacralizar os ideais reformadores, valendo-nos de analogias econômicas (“mercado”, “concorrência”, “monopólio” etc.) com vistas a explicitar as condições objetivas das lutas intelectuais que tendem a aparecer de modo desinteressado. Isso de maneira alguma redundaria numa abordagem baseada no cálculo racional, em que cada agente busca maximizar a utilidade, na medida em que leva em conta a multiplicidade de cursos possíveis de ação. No fundo, a reforma requer a convergência de uma multiplicidade de ações divergentes. Uma ilustração disso se refere à globalização do neoliberalismo por parte da Sociedade Mont-Pèlerin, cujos intelectuais, por mais que diagnosticassem a mesma crise do keynesianismo, dispunham de trajetórias e visões de mundo distintas entre si – e talvez repouse nisso o seu êxito reformador (Denord, 2002).

Outra insuficiência no modo pelo qual a racionalidade reformadora pensa a ação é a sua insistência no plano das intenções dos seus proponentes. Os trabalhos clássicos de Weber ([1905] 2004) e Foucault ([1975] 1987), respectivamente acerca da

reforma protestante e da reforma penitenciária, são bastante instrutivos não porque supostamente salientariam o “papel das ideias” contra uma abordagem unilateralmente “materialista”, mas, ao contrário, porque examinam como os ideais humanistas dos reformadores se desdobram historicamente em práticas sociais para além das suas expectativas e intenções. Tal evitação dos desdobramentos contraditórios das ideias, até hostis ao ímpeto consciente dos reformadores, ganha força com certo uso da história no qual o retorno às origens tem algo de nostálgico, como se recuperasse uma pureza originária das ideias, sem participação efetiva na realidade (Hacking, 2023, pp. 87-88). Resultado disso são os jogos de periodização dos ideais reformadores, nos quais o recurso ao passado demarca um momento fundacional utópico, cujos potenciais não foram plenamente realizados, mas, ao contrário, depauperados pelo desenrolar da história. Por exemplo, é o caso da idealização de personalidades como patronos do país (Anísio Teixeira, Paulo Freire, Celso Furtado etc.) para denunciar que as reformas de hoje estão aquém deles.

Um caminho para superar a disjunção entre idealismo e realismo passa justamente pela questão da ação, notadamente na análise dos instrumentos que põem à prova as reivindicações expressas. Como propõem Boltanski e Chiapello (2009), os ideais de libertação e autenticidade, em nome dos quais é feita a crítica às experiências despóticas e uniformizantes do capitalismo, encontraram a sua efetivação em objetos bastante concretos (contratos por projetos, funções polivalentes, empresas enxutas etc.) que informam uma ação diária, consumando a mudança do capitalismo sem passar por um projeto consciente para tanto. O foco nos instrumentos, tal como salientado pelas sociologias da quantificação e da ação pública, é especialmente frutífero para analisar as reformas do Estado, para além de constatar a vigência do princípio gestor da eficiência em detrimento do princípio jurídico das normas estáveis e dos direitos adquiridos (Ogien, 2020). Assim, a sociologia das reformas do Estado investiga a emergência de instrumentos (banco de estatísticas públicas, métodos ágeis de governança, startups.gov, avaliação de impacto etc.) que materializam a ação pública, a par dos grupos profissionais e dos centros de cálculo e previsão (consultorias estratégicas, bancas de advocacia, plataformas digitais etc.) que se beneficiam com essas mudanças e as colocam em movimento (Bezès, 2009; Linhardt, 2021). Trata-se de analisar como o Estado tem se desfeito gradualmente de diversos instrumentos de ação pública (leis, impostos, consultas e acordos públicos etc.), restando cada vez mais indicadores quantitativos de resultado e “boas práticas” para organizar e legitimar o ideal de coesão política entre governantes e governados (Rose e Miller, 2010; Le Galès, 2016).

A ênfase nos instrumentos também contorna as temporalidades reformadoras, as quais oscilam entre homogeneidade e evolucionismo. De um lado, agentes reforma-

dores subtraem a história dos seus objetos para legitimar as mudanças pretendidas, como é o caso da universidade, que, por mais que seja alvo de reformas intermitentes (Carlotto, 2014), ainda é apresentada como instituição intocável desde a Idade Média. De outro, o discurso reformador opera por periodizações em estágios (“gerações” ou “ondas”), como é o caso das reformas da administração pública (burocrática em 1930, desenvolvimentista em 1968, gerencial em 1995, e digital diriam hoje) (Leite, 2019). Ao endereçar a questão da ação, mediante os instrumentos que põem à prova os ideais expressos, a sociologia da reforma delinea os pontos de inflexão a partir do nascimento de dispositivos. A sucessão de instrumentos estatísticos (contabilidade pública, expectativas racionais, linhas de pobreza etc.), longe de ser fruto do mero progresso técnico, está relacionada com as diversas doutrinas da filosofia política que dão sentido e direção ao Estado (Desrosières, 2003), de modo que racionalidade técnica da reforma sempre implica princípios normativos. E, no entanto, a ênfase nos dispositivos recém-chegados não pode perder de vista como estes se articulam com os já existentes. Se é bastante documentado que a modernização do Estado tem significado a presença progressiva da ciência econômica no seu interior, desde o Banco Central até os vários Ministérios, é preciso examinar como os outros instrumentos de ação pública se rearranjam em resposta a esse processo. Os demais saberes e técnicas podem incorporar os pressupostos da racionalidade econômica, reformando a si mesmos a fim de atualizar a presença ativa deles no Estado, como é o caso do direito (Supiot, 2015); ou novas especialidades podem reivindicar dar conta daquilo que os instrumentos dominantes negligenciam, como é o caso das técnicas de design e prototipagem de serviços públicos que visam a reintroduzir as sensibilidades e experiências dos usuários, ignoradas pela ênfase nas métricas quantitativas (Alauzen, 2019).

Com efeito, as questões sociológicas da ordem, mudança e ação são interdependentes entre si, de modo que a ênfase numa ou noutra questão resulta mais de estratégias metodológicas distintas de pesquisa do que da realidade empírica em si. Por mais que possamos defender uma sociologia das reformas, isso não leva a outra especialização subdisciplinar, mas sim a propor um corpo de problemáticas e instrumentos de pesquisa em comum para contribuir com os trabalhos que investigam a produção e reprodução das múltiplas assimetrias sociais (classe, gênero, raça, etc.), a diferenciação e autonomização de esferas da ação (campos intelectuais, políticos, econômicos etc.) e a transformação das forças sociais que, nas palavras de Weber, ditam o rumo da nossa vida moderna (capitalismo e Estado). Na presente conjuntura em que as demandas reformadoras se multiplicam, inclusive graças a uma filantropia cada vez mais ativa em escala planetária (Lefèvre e Monier, 2021), o retorno às questões basilares da sociologia constitui uma estratégia para não nivelar

as potencialidades e ambições científicas da disciplina, ao invés de tomar como as suas próprias problemáticas as pré-construções reformadoras.

Pode-se dizer que “reforma” é uma forma: uma forma social, uma forma discursiva, uma modalidade particular de ação coletiva. A força da reforma está em sua capacidade de definir problemas e confinar a gama de soluções concebíveis em um campo fechado. Todos nós sabemos que, na política, quem define os problemas, quem assume o controle das palavras, já ganhou a batalha.

Christian Topalov, *Louro e Tomei*, 2024.

A epígrafe que finaliza esta introdução, do sociólogo francês Christian Topalov, entrevistado especialmente para esse número, reflete a abordagem abrangente de reformas que se buscou oferecer com este dossiê. Ele foi planejado para trazer à ordem do dia análises que encarem as reformas como uma concepção que engloba agentes reformadores, nebulosas e redes reformadoras, discursos, práticas e efeitos reformadores que se aglutinam na tríade investigativa da crítica, das elites e dos especialistas. Assim, os textos que o estruturam dialogam, de modo direto ou mais sutilmente, com relações de poder engendradas em temporalidades, espacialidades, atores e instituições singulares, mas que comportam a unidade da reforma como *enjeu social*.

O artigo de Nicolas Duvoux, que inaugura o dossiê, discute um fenômeno eminentemente reformador, isto é, a filantropia das grandes fundações. Discutindo as tensões estruturais entre filantropia e democracia, dedica especial atenção à distribuição de um recurso cada vez mais escasso nos dias que correm: o tempo de longo prazo. Nesse sentido, a força específica da filantropia não se refere só ao poder econômico, mas também ao domínio sobre o futuro de modo mais coerente, algo que cada vez mais falta no Estado e no mercado, por estarem premidos pelos imperativos de curto prazo. Com isso, Duvoux contribui aos estudos sociais da filantropia ao trazer à tona os diferenciais de tempo para caracterizar as formas específicas de poder e legitimação das grandes fundações, sem perder de vista a articulação entre aspectos objetivos (produto da concentração econômica) e subjetivos (sinceridade e implicação moral dos agentes), os quais tendem a se ignorar uns aos outros. Além disso, o autor discute as interpenetrações entre ação pública e filantropia na produção de reformas sociais, discutindo os modos de hibridização e de aprendizagem mútua.

Os dois artigos seguintes discutem uma entidade sob a qual foram historicamente depositadas teorias e esperanças acerca da modernização dos países da América Latina: o empresariado nacional. Mais precisamente, as elites industriais seriam cruciais para superar o “subdesenvolvimento” ou “atraso” ao erigirem um mercado

interno integrado por meio de uma industrialização acelerada, rompendo os vínculos de dependência imperialista mantidos pela ação das elites agroexportadoras. Sem reavaliarem a justeza ou o êxito dessas apostas em torno da “burguesia nacional” e “projeto nacional”, os artigos de Rodrigo Cantu e de Mariana Heredia as problematizam ao encararem os conflitos econômicos e impasses políticos do presente.

Rodrigo Cantu revela as cisões do mundo empresarial brasileiro com a emergência da extrema direita ao poder, correlacionando-as à adesão ou à crítica à agenda reformadora do então presidente (2019-22). Seus resultados demonstram que os apoiadores são atores de empresas comparativamente menores e com recursos culturais mais reduzidos, enquanto os críticos são mais heterogêneos, provêm de grandes corporações e são dotados de mais recursos culturais. Mais do que isso, indica como frações mais nacionalizadas aderem ao projeto do governo, enquanto frações mais cosmopolitas adotam uma postura mais reservada – em outras palavras, o retorno do ativismo político de um “empresariado nacional” é menos progressista do que se imaginava. Ao discutir o caso argentino, caracterizado por uma notável instabilidade institucional, Mariana Heredia inicia o seu capítulo com uma estimulante discussão sobre elites (econômica, política e social) e poder no regime neoliberal, bem como apontando pressupostos e limites para perscrutar elites na contemporaneidade. Conclui que, embora os membros das elites possam concentrar vantagens em detrimento do restante da sociedade, como grupo eles têm pouca capacidade de introduzir reformas em busca do bem comum. Desse modo, o seu trabalho contrasta com o usual da sociologia das elites ao salientar as incapacidades das elites nacionais em imprimir os rumos da sociedade.

Os artigos subsequentes deslocam o olhar dos agentes reformadores em direção aos instrumentos e expertises postas em prática para reformar o Estado. O artigo de Pedro Grunewald Louro e Hugo Harari-Kermadec, de modo inédito, ao menos no caso brasileiro, desvela como o ideal de “políticas baseadas em evidências” constitui um desdobramento das técnicas e problemáticas da ciência econômica, bem como um destino profissional dentro e fora do Estado para a mobilização delas. Assim, os autores exploram como a racionalidade econômica, longe de ser uma crença incorporada ou um discurso proselitista pró-mercado, coordena uma heterogeneidade de atores ao produzir instrumentos neutros de avaliação e decisão compartilhados entre eles.

Os dois artigos subsequentes expressam análises localizadas, do caso francês e chileno, de políticas implementadas por meio de reformas no sistema de ensino. Na primeira análise, Mélanie Sargeac mobiliza a reforma do ensino superior e pesquisa ocorrida no período das duas décadas deste século. Demonstra como a gestão quantificada desse sistema leva à regulação de recursos via processo de institucionalização da concorrência – por financiamento, pelos melhores estudantes, pelas pesquisas “mais

pertinentes”. É desse modo que o sistema de ensino superior e da pesquisa torna-se o pilar da competitividade da esfera econômica internacional. O artigo de Gabriel Chouhy Algorta apresenta diversos aspectos de uma disputa entre grupos distintos – aqueles que implementaram e aqueles que visam a reverter o uso de rankings escolares –, demonstrando que tal disputa expõe ideias concorrentes sobre a educação baseada no mercado, de forma a moldar a construção técnica e o uso público dos rankings de qualidade escolar no Chile. A regulamentação do modelo mercantil de educação resulta, assim, da relação de concorrência, cooperação e conflito entre atores estabelecidos e concorrentes nesse campo. Os dois artigos contribuem enormemente ao traçarem as mudanças nas políticas educacionais, destacando a institucionalização, sempre conflitiva, de dispositivos de quantificação (no primeiro caso, de seleção e, no segundo, de avaliação) dentro do Estado.

Compõe o dossiê, ainda, a entrevista com Christian Topalov, diretor de estudos aposentado da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) na França, que, além de colaborar para diversos objetos de pesquisa (planejamento urbano, grande filantropia, história das ciências sociais, ensino superior), construiu um aparato teórico-metodológico bastante original para examinar a formação e desconstrução do Estado de Bem-Estar Social. Sua grande contribuição foi alçar a reforma a um programa de investigação de largo alcance, o que, decididamente, animou a proposta do dossiê. Pedro Grunewald Louro e Francesco Tomei, realizadores da entrevista, abordam a maneira pela qual Topalov se deslocou dos estudos urbanos, no lastro das revoltas de 1968, em direção a uma ampla investigação histórica sobre a gênese da reforma como forma social que se impõe crescentemente aos processos políticos. Na entrevista, Topalov ainda oferece uma aula de métodos de pesquisa, discutindo os limites e possibilidades de diversas estratégias metodológicas (prosopografia, análise de redes, análise de correspondência múltipla etc.) para analisar transformações históricas. Sem renunciar ao potencial crítico da sociologia, também foi discutida a sua relação com a política.

O dossiê se completa com as resenhas de obras importantes para o entendimento da força motriz de reformas na forma das sociedades contemporâneas. A primeira delas, escrita por Ivy Ribeiro e Laura Giannecchini, escrutina a reedição do livro pioneiro de Lourdes Sola acerca da emergência dos economistas na estabilização do regime político-democrático brasileiro no período de 1945-64. A resenha seguinte, desenvolvida por Camila Crumo, é um verdadeiro convite à leitura da obra de Pierre Bourdieu que versa sobre o interesse ao desinteresse sobre a produção do universal (e paramos aqui justamente para não desinteressar leitores). A última resenha, elaborada por Douglas Silva e Lina Penati Ferreira, documenta a crítica de Loïc Wacquant relativa à noção de *underclass*, que, segundo ele, se tornou um dispositivo para pau-

tar diagnósticos e intervenções públicas baseadas em uma construção simbólica da ameaça representada pelos hiperguetos.

Enfim, convidamos nossas leitoras e leitores ao diálogo sociológico por meio do conjunto de textos de autores e autoras do Brasil, Argentina, Chile, França e Estados Unidos aqui reunidos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Frederico de. (2014), “As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira”. *Revista de Sociologia Política*, 22 (52): 77-95.
- ALAUZEN, Marie. (2019), “L’État plateforme et l’identification numérique des usagers. Le processus de conception de FranceConnect”. *Réseaux*, 213: 211-239.
- AUSTIN, John. (1975), *How to do things with words*. Boston, Harvard University Press.
- BEZES, Philippe (2009), *Réinventer l’État: les réformes de l’administration française (1962-2008)*. Paris, Presses Universitaires de France.
- BLITSTEIN, Pablo & LEMIEUX, Cyril. (2018), “Comment rouvrir la question de la modernité? Quelques Propositions”. *Politix*, 123: 7-33.
- BOLTANSKI, Luc. (2014), *Mysteries & Conspiracies: detective stories, spy novels and the making of modern societies*. Cambridge, Polity Press.
- BOLTANSKI, Luc. (2015), “Situation de la critique”. In: FRERE, Bruno (org.). *Le tournant de la théorie critique*. Paris, Desclée de Brouwer.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BOLTANSKI, Luc; ESQUERRE, Arnaud & LAZARUS, Jeanne. (2024), *Comment s’invente la sociologie: parcours, expériences et pratiques croisés*. Paris, Flammarion.
- BOURDIEU, Pierre. (2022), “Genèse et structure du champ religieux”. In. BOURDIEU, Pierre. *Microcosmes: théorie des champs*. Paris, Raisons d’Agir, p.35-82.
- BOURDIEU, Pierre. (2023a), *Sociologie et démocratie*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- BOURDIEU, Pierre. (2023b), *Sociologia geral: vol.3, as formas do capital. Curso no Collège de France (1983-1984)*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- BOURDIEU, Pierre & BOLTANSKI, Luc. (2009), *La producción de la ideología dominante*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- BOUVERESSE, Jacques. (2023), *Le mythe moderne du progrès*. Paris, Agone.
- BRAHIMI, Mohamed. (2023), “The market of Islamic reform”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1 (246-247): 30-53.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. (2014), *Universitas semper reformanda? A história da Universidade*

- de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- CANDIDO, Antonio. (1990), “Radicalismos”. *Estudos Avançados*, 4 (8): 4-18.
- CEFAÏ, Daniel. (2014), “Investigar los problemas públicos: com y más allá de Joseph Gusfield”. In: GUSFIELD, Joseph. *La cultura de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, pp. 11-59.
- CHATEAURAYNAUD, François & DEBAZ, Josquin. (2017), *Aux bords de l'irréversible: sociologie pragmatique des transformations*. Paris, Éditions Petra.
- DANOWSKI, Déborah & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2014), *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. São Paulo, Florianópolis, Desterro.
- DENORD, François. (2002), “Le prophète, le pèlerin et le missionnaire La circulation internationale du néo-libéralisme et ses acteurs”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145 (5): 9-20.
- DENORD, François & LAGNEAU-YMONET, Paul. (2017), *Concert des puissants*. Paris, Raisons d'Agir.
- DESROSIÈRES, Alain. (2003), “Historiciser l'action publique: L'Etat, le marché et les statistiques”. In: LABORIER, P. & TROM, D. *Historicités de l'action publique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- DORBY, Michel. (2009), *Sociologie des crises politiques*. Paris, Presses de Sciences Po.
- EYAL, Gil. (2019), *The crisis of expertise*. Cambridge, Polity Press.
- FOUCAULT, Michael. ([1975] 1987), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Editora Vozes.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. (2002), *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora 34.
- GAUTIE, Jérômé. (2007), “L'économie à ses frontières (sociologie, psychologie)”. *Revue Économique*, 58 (4): 927-939.
- GAYON, Vincent. (2022), *Épistémocratie: enquête sur le gouvernement international du capitalisme*. Paris, Raisons d'Agir.
- GUILHOT, Nicolas. (2006), *Financiers, philanthropes: Sociologie de Wall Street*. Paris, Raison d'agir Éditions.
- GRÜN, Roberto. (2015), *Decifra-me ou te devoro*. São Paulo, Alameda.
- HACKING, Ian. (2023), *Anthropologie philosophique et raison Scientifique*. Paris, Vrin.
- HEILBRON, Johan. (2022), *Nascimento da Sociologia*. São Paulo, Edusp.
- HEINICH, Nathalie. (2005), *L'élite artiste: excellence et singularité em régime démocratique*. Paris, Gallimard.
- HEREDIA, Mariana. (2023), “¿El 99% contra el 1%?: Por qué la obsesión por los ricos no sirve para combatir la desigualdade”. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores.
- HEY, Ana Paula. (2008), *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico*. São Carlos, EdUFScar.
- HEY, Ana Paula. (2017a), “Elites, no plural”. *Tempo Social*, 29 (3): 1-8.

- HEY, Ana Paula. (2021), "Field of power and new symbolic market in post-dictatorship Brazil: The performance of social scientists". Paper, *International Sociological Association Forum*.
- HEY, Ana Paula. (2017b), "Les élites des sciences sociales au Brésil: les ruses entre les usages du pouvoir académique et les rapports avec l'État". *Annales du 17e Congrès de l'Académie Française de Sociologie*. Amiens, France, 3-6 juillet.
- HEY, Ana Paula & RODRIGUES, Lidianie. (2017), "Elites acadêmicas. As ciências sociais na Academia Brasileira de Ciências". *Tempo Social*, 29 (3): 9-33. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125964>.
- HIBOU, Béatrice & TOZY, Mohamed. (2020), *Tisser le temps politique au Maroc: Imaginaire de l'État à l'âge neoliberal*. Paris, Editons Karthala.
- ILLOUZ, Eva. (2019), "Populismo ou crise das elites liberais: o caso de Israel". In: GEISELBERGER, Heinrich (org.). *A grande regressão: Um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los*. São Paulo, Estação Liberdade.
- JOAS, Hans & KNOBL, Wolfgang. (2017), *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Rio de Janeiro, Vozes.
- KOJÈVE, Alexandre. (2004), *La notion de l'autorité*. Paris, Gallimard.
- KRAUSE, Monika. (2014), *The Good Project: Humanitarian Relief NGOs and the Fragmentation of Reason*. Chicago, University of Chicago Press.
- KRAUSE, Monika & GO, Julian. (2016), *Fielding transnationalism*. Nova Jersey, Wiley-Blackwell;
- LAILLIER, Joël & TOPALOV, Christian. (2022), *Gouverner la science: anatomie d'une réforme (2004-2020)*. Marseille, Agone.
- LASCOUMES, Pierre. (2022), *L'Économie morale des élites dirigeantes*. Paris, Presses de Sciences Po.
- LEFÈVRE, Sylvain. (2018), "Les héritiers rebelles: la philanthropie comme 'suicide de classe'". *Politix*, 55 (1): 55-78.
- LEFÈVRE, Sylvain & MONIER, Anne (orgs.). (2021), *Philanthropes en démocratie*. Paris, Presses Universitaires de France.
- LEITE, Leonardo Queiroz. (2019), *História da reforma gerencial do Estado de 1995*. São Paulo, tese de doutorado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- LE GALÉS, Patrick. (2016), "Performance measurement as a policy instrument". *Policy Studies*, 37 (6): 508-520.
- LENOIR, Remi. (1996), "Objeto sociológico e problema social". In: CHAMPAGNE, Patrick *et al.* *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, Vozes.
- LINHARDT, Dominique. (2021), "L'État, *post festum*". *Revue Française d'Administration Publique*, 178: 395-400.
- LITTOZ-MONNET, Annabelle. (2020), *Governing through expertise: The politics of bioethics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LUXEMBURGO, Rosa. (2011), "Reforma social ou revolução?". In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos*, vol. 1, pp. 1-88. São Paulo, Editora Unesp.

- MEDVETZ, Thomas. (2012), *Think tanks in America*. Chicago, The University of Chicago Press
- MITCHELL, Timothy. (2014), “Economentality: How the future entered government”. *Critical Inquiry*, 40 (4): 479-507.
- MONIER, Anne. (2017), “L’État comme ressource symbolique dans le monde philanthropique ? : L’exemple des American Friends des institutions culturelles Françaises”. *Genèses*, 109 (4): 100-117.
- MONIER, Anne. (2018), “The role of social capital in transnational elite philanthropy: the example of the American Friends groups of French cultural institutions”. *Socio-Economic Review*, 16 (2): 387-410.
- MONIER, Anne. (2023), “Penser les circulations par leurs acteurs: pour une sociologie des passeurs. Le cas des Amis américains des institutions culturelles françaises”. *Biens Symboliques* (13).
- MUDGE, Stephanie Lee. (2018), *Leftism Reinvented: Western Parties from Socialism to Neoliberalism*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- NORMAND, Romuald. (2016), *The changing epistemic governance of European education*. Scotland, Springer Press.
- OGIEN, Albert. (2020), “La valeur sociale du chiffre: La quantification de l’action publique entre performance et démocratie”. *Revue Française de Socio-Économie*, Hors-série, 5 (1): 99-120.
- PESTRE, Dominique (org.). (2014), *Le gouvernement et les technosciences: Gouverner le progrès et ses dégâts depuis 1945*. Paris, La Découverte.
- RÉGNAULD, Irénée & SAINT-MARTIN, Arnaud. (2024), *Une histoire de la conquête spatiale: des fusées nazis aux astrocapitalistes du New Space*. Paris, La Fabrique editions.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. (2022), *Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles.
- ROSE, Nicolas & MILLER, Peter. (2010), “Political power beyond the state: Problematics of government”. *The British Journal of Sociology*, 61: 271-303.
- ROUSSILLON, Alain. (2018). *Réforme et politique dans le monde arabe*. Paris, CNRS Alpha.
- SAVAGE, Mike. (2021), *The return of inequality: Social change and the weight of the past*. Boston, Harvard University Press.
- SHERMAN, Rachel. (2017), *Uneasy street: the anxieties of affluence*. Princeton, Princeton University Press.
- SIMÉANT, Johanna. (2012), “Localiser le terrain de l’international”. *Politix*, 100 (4): 129-147.
- SRNICK, Nick. (2017), *Platform capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- SUPIOT, Allain. (2015), *La gouvernance par les nombres*. Paris, Fayard.
- TOPALOV, Christian. (1999), (org.). *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France (1880-1914)*. Paris, Éditions de l’EHESS.
- TOPALOV, Christian; LOURO, Pedro Grunewald & TOMEI, Francesco. (2024), “A forma social das reformas: entrevista com Christian Topalov”. *Tempo Social*, 36 (3).

- WALZER, Michael. (2002), *The company of critics: Social criticism and political commitment in the twentieth century*. Nova York, Basic Books.
- WAGNER, Anne Catherine. (2020), *La mondialisation des classes Sociales*. Paris, La Découverte.
- WEBER, Max. ([1905] 2004), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- WILLIAMS, Raymond. ([1976] 2011), “Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945”
In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 317-342.
- WU, Chin-Tao. (2006), *Privatização da cultura a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80*. São Paulo, Boitempo Sesc.
- ZUNZ, Olivier. (2012), *La Philanthropie en Amérique: Argent privé, affaires d’État*. Paris, Fayard.

Texto recebido em 21/10/2024 e aprovado em 24/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.230713.

ANA PAULA HEY é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: anahey@usp.br.

FRANCESCO TOMEI é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, pesquisador do Ceesp-CNRS e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [Fapesp], à qual agradece o apoio financeiro [processos 2020/01180-6 e 2022/00939-4]. E-mail: francescotomei@gmail.com.

PEDRO GRUNEWALD LOURO é doutorando em sociologia na Universidade de São Paulo e na Université Paris-Saclay, pesquisador no laboratório IDHES ENS Paris-Saclay e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [Fapesp], à qual agradece o apoio financeiro [Processos 2021/01828-9 e 2022/05206-5]). E-mail: pedro.louro@usp.br.

